



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02-10-2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Estão abertos os trabalhos da 23ª audiência pública do ano de 2013. Na qualidade de membro, substituindo o Sr. Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos. Presentes os Srs. Vereadores: José Police Neto e Nabil Bonduki. Presente também aqui o Sr. Vereador Floriano Pesaro, que veio especificamente para participar do primeiro item desta audiência pública que tem previstos 15 projetos de lei.

O primeiro projeto de lei é o PL 545/12, de autoria da Vereadora Marta Costa e dos Srs. Vereadores Floriano Pesaro, Chico Macena, Abou Anni, Juscelino Gadelha e Eliseu Gabriel. “Determina a requalificação urbana da área localizada no entorno da Rua da Consolação nº 2.423, no bairro da Consolação, setor 010, quadra 050, matrícula nº 39649 do 13º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, destinado a sediar o Cine Belas Artes, e dá outras providências”.

Temos inscrito o Vereador Floriano Pesaro, que tem a palavra.

O SR. FLORIANO PESARO - Queria cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Vereador Andrea Matarazzo; o Vereador Nabil; o Vereador Police Neto; cumprimentar a Comissão como um todo, que, na minha avaliação, é uma das Comissões que reúne as pessoas mais preparadas desta Casa para o tema; queria cumprimentar todos os presentes.

Rapidamente, vou explicar como chegamos a este Projeto de Lei 545. Há mais ou menos dois anos, quando o Cine Belas Artes anunciou que perderia o prédio - através de seu dirigente à época, André Sturm, que hoje preside o MIS -, houve uma comoção grande na cidade de São Paulo. Mais de 150 mil pessoas, de forma organizada, assinaram uma petição e enviaram a esta Casa, além de enviar aos meios de comunicação e a outros meios, inclusive ao Ministério Público.

Isso fez com que, naquele momento, o Vereador Eliseu Gabriel tomasse a iniciativa de propor à Casa a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o que, de

fato, estava ocorrendo ali naquela região. Ainda que fosse um próprio privado - e que não faz sentido nós, muitas vezes, mediarmos relações privadas -, naquele caso, por se tratar de um espaço privado e uso público, histórico e cultural, um marco do cinema não comercial em geral, nós tomamos, então, a iniciativa de criar uma comissão para acompanhar o caso. O Ministério Público fez da mesma forma fez da mesma forma. Esse PL é fruto de dois anos de trabalho, um ano e meio, de uma CPI, presidida pelo Vereador Eliseu Gabriel, hoje Secretário do Município, e relatada por mim, Vereador Floriano Pesaro. Na CPI participaram os Srs. Vereadores: Eliseu Gabriel, Marco Aurélio Cunha, Abou Anni, Chico Macena, Marta Costa e Juscelino Gadelha. Esse PL assinado por nós, a exceção do Vereador Marco Aurélio Cunha, que não concordou com o relatório final da comissão que fez mais de 30 reuniões, ouvindo todas as partes, inclusive Condephaat e Conpresp, fruto desse relatório, desse estudo técnico, aliás, mais técnico do que político, foi possível propor esse PL aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que agora tramita na Comissão de Política Urbana. A propositura tem como objetivo possibilitar a requalificação urbana da área do entorno no imóvel localizado na Rua da Consolação, 2423, destinado a sediar o Cine Belas Artes. Não é apenas o prédio do Belas Artes que tem sua fachada em processo de tombamento, mas a requalificação do entorno da região da Consolação, agora com a notícia da reabertura do Riviera Bar, do outro lado da avenida, é a requalificação de toda aquela região da Paulista que ganhou uma estação de Metrô, e que gerou uma brutal especulação imobiliária novamente. Abertura da estação de Metrô Paulista, que fica na Consolação, gerou um momento expressivo dos valores da região. No entanto nossa proposta é que aquela é uma região de cultura, há muitos anos, ponto de encontro dos paulistanos e nós deveríamos preservar. Dessa forma a proposta pretendeu fomentar no entorno do Cine Belas Artes estabelecimento de outros polos culturais, tais como cinema, teatros, livrarias, centros culturais, tendo em vista sua vocação de polo cultural na Cidade de São Paulo. Afim de que essa medida pudesse ser implementada propusemos, a desapropriação do imóvel sede, cuja a administração o projeto prevê da Secretaria Municipal

de Cultura, que poderá firmar parcerias públicas, privadas afim de explorar atividades cinematográficas nos padrões desenvolvidos pelo Cine Belas Artes e diria também algo parecido com a Galeria Olido, mas de forma mais acessível por ter mais salas e provavelmente com uma movimentação maior.

Nesse sentido que a pretendida requalificação da área se reestabelecerá na região como marco cultural há décadas que vinham promovendo estimulando a diversidade cultural de São Paulo. Ressalto que compete ao Município, pela sua Lei Orgânica, garantir a todos o exercício dos direitos culturais os acesso a fontes de cultura, nos termos do artigo 191 da Lei Orgânica, de maneira que se insere a difusão das manifestações culturais. Dessa forma o Município deverá adotar medidas de preservação das manifestações e dos bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como das paisagens naturais e construídas como dispõe o art. 192 da citada lei. É nesse contexto que se permite que o entorno do Cine Belas Artes seja urbanamente revitalizado e o projeto contribua para a proteção do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico da Cidade de São Paulo. Fica aqui nossa defesa ao PL, considerado coletivo e fruto de um ano e meio de trabalho da CPI instituída nesta Casa no início de 2012. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado nobre Vereador Floriano Pesaro. Passo a palavra a Sra. Eliana Manfre, do Movimento Cine Belas Artes.

A SRA. ELIANA MANFRE – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui presente, sou ativista do Movimento Cine Belas Artes e a intenção é reafirmar a importância e a relevância desse Projeto de Lei, que possa ter continuidade, ser aprovado, como disse o nobre vereador Pesaro, estamos lutando, a sociedade civil organizada, por meio desse movimento, há mais de dois anos e meio, antes do fechamento do Cine Belas Artes. Com relação ao Polo Cultural, a Rua da Consolação e Av. Paulista, gostaria apenas de citar dos teatros, descendo a Consolação temos: Ecu, Comune, Boate Nostromundo, marco relevante da representação GLBT, na Rua Bela Cintra, vamos ter a a instalação, em, breve do

Museu, Instituto do Museu Moreira Sales e acreditamos muito que o Cine Belas Artes como irradiador da Cultura Cinematográfica possa ser a ponta de lança para que seja revitalizada toda região. Agradeço a oportunidade da participação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Farei uma fala de dois minutos, dizendo que acompanho esse movimento desde o início, desde quando foi anunciado o fechamento, acompanhei um pouco os trabalhos da CPI. Acredito que existe na verdade dois movimentos. De ser essa a proposta, mas existe também um processo que foi aberto no Conpresp, fechado de maneira, pouco convencional, porque havia, inclusive, um parecer da equipe técnica do DPH favorável. Existe também um parecer favorável do IFAM, embora não tenha aberto o processo de tombamento, e houve também um processo de tombamento do Condephaat que se restringiu a fachada. Entendo que o anseio de todos seja a abertura do cinema, não necessariamente a desapropriação que seria uma medida extrema na hipótese de que não se consiga que aquilo se consolide como espaço cultural e que possa haver por ação do setor privado, a reativação do cinema. Acredito que uma ação que possamos fazer enquanto vereadores em relação aos órgãos de preservação introduzindo a ideia de que os espaços culturais da cidade precisam ser mantidos. O processo imobiliário pode levar ao desaparecimento de muitos espaços significativos da cidade. Não teria sentido cada espaço significativo a prefeitura desapropriar, mas sim ter mecanismos de proteção para esses espaços e acredito que esse seja um assunto que podemos tratar no próprio plano diretor definindo um tipo de característica de situações que não são imóveis que necessariamente tem interesse arquitetônico, mas interesse cultural para a cidade, dessa maneira preservando, essas áreas.

O SR. FLORIANO PESARO – Apenas fazer um comentário, nós na CPI ouvimos todos os órgãos. Inclusive o IFAM, mas houve um momento em que escutamos o proprietário do imóvel, além de duas audiências com o próprio André Sturm. O que se verificou ali, foi claramente uma supervalorização do imóvel que é contíguo a estação do Metrô. O que se

discutiu naquele momento, era que, a partir de um investimento brutal do Governo do Estado, que foi a construção da linha Amarela e a chegada da estação, todo aquele entorno se valorizou muito e foi isso que inviabilizou a permanência do Belas Artes como cinema privado, pelos custos do futuro aluguel proposto pelo proprietário. Não podemos legislar sobre a iniciativa privada, não é esse o caso. Só que concluímos que dada aos investimentos públicos que foram feitos naquela região, por outro lado, aquilo inviabilizou justamente um espaço de cultura que ainda que privado, era de grande frequência, não deixava de ser um espaço publico. Essa foi a nossa preocupação. Qualquer outra proposta que pudesse sair da Comissão no sentido de arbitrar valor aluguel, coisa do gênero, seria absolutamente inconstitucional. Qualquer outra proposta que procuramos junto a Procuradoria da Casa, e a própria Procuradoria do Município era inconstitucional. A única proposta que não era inconstitucional e daí o PL, era a desapropriação e por isso que o projeto propôs a desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – De qualquer maneira está claro de que há um grande clamor no sentido da manutenção daquele espaço como cinema e temos utilizar todo instrumentos possíveis para tentar viabilizar garantir isso, claro que dentro de certas diretrizes.

Podemos encerrar o debate sobre esse PL. Temos 15 PLs nessa audiência pública e estamos aqui com a Arquiteta Paula Clara Mota, Secretaria de Licenciamento, sugiro o adiamento dos demais projetos e praticamente todas as pessoas inscritas são de gabinetes com exceção da Sra. Marlene Olimpio, que veio debater o PL 272, item 12 da pauta. Podemos propor, e ai pedindo desculpas a Secretaria, que colocássemos em debate, apenas o item 12, PL 272/13, para que a Sra. Marlene possa se manifestar em seguida passaremos a oitiva com a Secretaria. Convidamos a Secretaria Paula Maria Motta Lara para compor a mesa e o Secretário Adjunto Paulo Joaquinto, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Aqui é assim, ajoelhou tem que rezar.

O SR. NABIL BONDUKI – Então abrindo a audiência pública do PL 272, do Vereador Abou Anni, dispõe sobre atividades circenses no município de São Paulo e dá outras providências. Eu solicitaria, convidaria para fazer uso da palavra a Sra. Marlene Olímpio, da União Brasileira de Circo, Presidente do Circo Spacial.

A SRA. MARLENE OLÍMPIO – Bom dia a todos, bom dia Presidente da Mesa, Vereador Andrea Matarazzo, em nome do Vereador Nabil quero cumprimentar todos os Srs. Vereadores aqui presentes e gostaria de fazer algumas colocações sobre essa lei que está tramitando na Casa, que é de extrema importância para o circo. Isso estou falando em nome da UBC, que congrega mais de 30 circos grandes, 50 médios e 100 pequenos.

A atividade nossa dentro do município tem enfrentado grandes dificuldades no momento da sua instalação, onde nós solicitamos nosso alvará ao Contru. Aí nós estamos olhando com um olhar muito carinhoso essa lei porque ela vem facilitar um pouco a nossa instalação dentro do município.

Eu gostaria que considerasse o artigo 1º, onde nós estamos vendo que fala a respeito da atividade circense. Temos que modificar duas palavras para poder diferenciar um pouco essa atividade. “Considera-se atividade circense a atividade cultural e artística de caráter permanente com funcionamento itinerante”. Ela está dizendo aqui atividade de diversão pública simplesmente. Nós gostaríamos que acrescentasse atividade cultural e artística, porque o circo é uma atividade cultural e artística. No momento também do artigo 2º, do licenciamento para o exercício da atividade. Ora, nós não precisamos pedir autorização para exercer essa atividade uma vez que nós temos já essa autorização e sim a instalação e funcionamento da atividade circense que será anual e dependerá da apresentação dos seguintes documentos. Então temos que trocar somente essas duas palavras para poder mudar o sentido da lei e poder favorecer também essa atividade.

O que acontece hoje? Quando nós instalamos no município a gente pede autorização e em cada momento que você vai mudar de um bairro para outro você tem que

fazer toda aquela interminável documentação que o Contru exige em função que nos considera evento e o circo não é evento, o circo é uma atividade cultural que diferencia do evento. O evento é um dia, dois dias e o circo fica mais nessa atividade durante o seu funcionamento.

No artigo 3º, parágrafo único, nós estamos pedindo, como temos que solicitar ao Contru com 30 dias de antecedência, isso dificulta muito nossa atividade, porque muitas vezes nós estamos em um bairro que acaba o público ou acontece algum fato que interfere em nossa atividade e nós temos que mudar e aí para nós nos deslocarmos para outro bairro temos que pedir com 30 dias de antecedência. Para a atividade circense isso é muito tempo, porque nós vivemos semana após semana. O ideal seria 15 dias corridos e nem 15 dias úteis, porque se tornaria 21 dias também. Então, se a gente pudesse mudar esses três artigos aqui irão facilitar bastante e instalação e funcionamento do circo. Ora que o circo também enfrenta outros tipos de problema, que é a falta de terrenos para instalação no município. Nós estamos pedindo uma outra lei e pedimos o olhar carinho desta Casa para com a atividade circense, que é tão importante na cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A senhora sabe quem é o relator do projeto? Muito boa as observações.

O SR. NABIL BONDUKI – Tem mais uma pessoa inscrita sobre esse projeto, que é a Sra. Cristiane de França, do Gabinete do Vereador Abou Anni. É a última inscrita desta audiência pública.

A SRA. CRISTIANE DE FRANÇA – Exmo. Sr. Presidente, nobres Vereadores, eu, Cristiane de França Ferreira, em nome do Vereador Abou Anni, venho reforçar as razões já expostas pela colega Marlene ao Projeto 272/2013, que pretende disciplinar regras para o estabelecimento da atividade circense no município de São Paulo.

É de mister reconhecer que os organizadores das atividades circenses padecem para instalar seus equipamentos a fim de proporcionar uma espetáculo de entretenimento que

por deveras tem atributo para ser reconhecido como um patrimônio cultural da nação e por razão de ser um direito social assegurado no Art. 6º da Constituição, o Poder Público tem que assegurar os meios para esse direito seja efetivamente usufruído pelo povo. Por carecer de regulamentação e por se encontrar nos limites da iniciativa de competência do Poder Legislativo, o Vereador Abou Anni conta com os nobres Pares para aprovação dessa propositura.

Sem mais, essas eram as razões.

Obrigada.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado, Cristiane. Está encerrada a audiência pública do PL 272/2013 e encerrada também toda audiência pública de projeto de lei tendo em vista o adiantado da hora e ficarão os demais projetos adiados para a próxima sessão.

Eu passo a palavra para o Vereador Andrea Matarazzo, para continuar presidindo as atividades da nossa sessão de hoje.

SR. ANDREA MATARAZZO – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública do ano de 2013. Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde o dia 26 de setembro de 2013 e foi publicada no *Diário de São Paulo* no dia 30/9/2013 e na *Folha de S.Paulo* no dia 1º/10/2013. Informo também que a audiência pública está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço WWW.câmara.sp.gov.br nos *links* Auditórios On-line.

Hoje nós vamos receber aqui na audiência pública a Sr. Paula Maria Motta Lara, que é Secretária de Licenciamento.

Secretária Paula, Secretária de Licenciamento, muito obrigado por aceitar o convite desta Comissão, muito obrigado pela sua presença. Está presente também o Secretário Adjunto da Secretaria de Licenciamento e aqui à disposição para que os Srs. Vereadores,

Vereador Police Neto, que foi quem, se não me engano, fez o pedido do convite, a Secretaria está à disposição para as perguntas do Vereador.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu solicitaria que a Secretaria pudesse fazer uma breve apresentação da Secretaria. Acho que seria bom, considerando que é uma Secretaria nova que está se estruturando e me parece que seria importante ela apresentar a situação que encontrou e que está sendo feito para fazer com que os projetos em tramitação, que a gente sabe que tem ficado durante muito tempo em análise no antigo Aprov, possam ser dado andamento.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Com o maior prazer, Secretária. Eu gostaria que a senhora fizesse um relato de como funciona a Secretaria de Licenciamento, que é nova, criada nesta gestão.

A SRA. MARIA MOTTA LARA – Bom dia a todas e a todos. Queria começar agradecendo ao Presidente pelo convite, cumprimentar os Vereadores Nabil e Police e vou passa rapidamente à apresentação da Secretaria novíssima. Ela existia enquanto secretaria especial, já existia no ano passado, e esse ano ela foi elevada para a categoria de Secretaria Municipal.

A intenção, que é que comanda? São Paulo, então a ideia da criação de uma secretaria específica, como o Vereador Nabil já comentou aqui, do estado em que o licenciamento se encontrava, tem um foco estratégico de ar uma resposta às necessidades do desenvolvimento da cidade, da produção habitacional, que estava passando por uma fase bastante conturbada, com muito empreendimento saindo, muitas empresas da construção civil investindo em outros locais e não mais em São Paulo. Tem algumas empresas que nos contam que há cinco anos elas tinham 80%, 90% da sua produção centrada na Capital e aos poucos foram perdendo e chegaram a ter 20%, só 10% aplicado aqui. E para a Prefeitura seria a oportunidade de criar um novo modelo de gestão desse licenciamento, com padrão de qualidade, confiabilidade, transparência e tudo isso foi pensado por esse Governo frente ao

que a gente encontrou já durante o Governo de transição, no ano passado, nessa área do Poder Público. Uma cidade perdendo as oportunidades de empreendimento, trazendo emprego, trazendo renda da produção habitacional, essa parte toda de cultura que foi objeto de discussão do projeto de lei anterior, uma coisa travada, com as coisas demorando muito, tanto turismo, lazer, cultura.

Do ponto de vista do Poder Público muito pouca confiança que as pessoas tinham no que era decidido e o que era informado a partir da Secretaria e uma grande demanda, a partir daí decorrente disso dos órgãos de controle, tanto internos, quanto os externos.

Do lado de dentro funcionários desmotivadíssimos frente à situação que estava reinando naquela ocasião e os usuários sem absoluta credibilidade nos serviços que a Secretaria se propunha a fazer.

Um estoque de processo gigantesco, não só gigantesco, como muito antigo. Nós tínhamos no começo do ano muitos processos protocolados em 2002, 2003 que até hoje se arrastavam sem decisão final dada, um tempo indeterminado de análise, embora o Código de Obras e uma série de legislações determine um prazo para cada tipo de documento que a Secretaria deve emitir. Esse prazo não é seguido e há um buraco negro, digamos assim, você entra com o pedido e não sabe quando você vai ter uma resposta para aquele pedido. E o processo de trabalho disso tudo, muito pouco transparente e ninguém entendendo muito bem o que acontece com o pedido na hora que protocola no expediente. A partir daí é um processo de análise que é quase um buraco negro.

Em vista disso, o Prefeito Haddad propôs a criação dessa Secretaria específica, porque essa parte toda de licenciamento estava dentro da Secretaria da Habitação, uma secretaria muito grande, com mais de mil funcionários, com objetos de trabalho muito específicos e muito diferentes, então houve essa determinação de separar Habitação, que vai cuidar da política habitacional e a Secretaria de Licenciamento, então do licenciamento não só da construção, mas também o funcionamento dos locais de trabalho muito específicos e

muito diferentes. Então, houve essa determinação de separar a equidade da habitação, da política habitacional e a Secretaria de Licenciamento, do licenciamento não só das construções, mas também do funcionamento dos locais de reunião e, inclusive, a autorização dos eventos que foram objeto aqui da discussão anterior.

Princípios orientadores quase que básicos. Mas é bom a gente sempre lembrá-los e estampar e escrever a inovação, a desburocratização, a transparência e a eficiência como condições básicas para a gente alcançar aquilo que já comentei no início da fala.

Resultados esperados. Criar as condições favoráveis ao desenvolvimento urbano e à produção habitacional, sempre com qualidade de vida, respeito ao meio ambiente, a questão da sustentabilidade e implantar um sistema de licenciamento reconhecido como eficiente e transparente. E, aí, vou mostrar um pouco como é que a gente estruturou a Secretaria para tentar alcançar todas essas metas. É uma Secretaria bem grande, temos quinhentos e poucos funcionários, no seu total. Ela é estruturada a partir do gabinete do Secretário. Temos 3 comissões dentro da Secretaria. A comissão mais antiga é a Ceuso, que é uma comissão específica para tratar de questões, casos omissos e algumas situações indicadas por lei, sobre o Código de obras. Temos, temos a CAIEPS, que é uma Comissão de Análise Integrada e que, a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo, também assumiu um papel de Secretaria Executiva em alguns processos da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. E a terceira comissão que é a comissão específica para tratar dos assuntos relativos à Produção Habitacional de Interesse Social e de Mercado Popular.

Embaixo, estruturamos em cinco coordenadorias, que eu vou abrir aqui para mostrar um pouco mais. Duas supervisões e um grupo, uma unidade técnica especial.

As coordenadorias foram organizadas por assunto. A primeira coordenadoria chama Reside e cuida dos prédios residenciais, prédios, vilas, toda a produção habitacional que ficou conosco. A segunda é o Servin, por serviços e usos institucionais. A terceira é o

Comin, que é comércio e indústria. Essas três coordenadorias são estruturadas de uma forma bastante parecida. Cada uma delas têm 3 divisões técnicas, cuidando de assuntos específicos e uma coordenadoria tratando dos empreendimentos de grande porte. A quarta coordenadoria chama Parhis, e ela englobou toda a questão da habitação de interesse social e habitação de mercado popular e as questões de parcelamento do solo. Juntamos esses dois assuntos porque de 80 a 90% do que é tratado hoje como parcelamento do solo está vinculado ao empreendimento de interesse social. A última coordenadoria, que se chama Segur, que trata dos projetos especiais, definidos também na Lei de Uso e Ocupação do Solo, as atividades especiais e cuida também da questão do licenciamento dos locais de reunião e autorização para eventos, cuida da segurança de uso, através da emissão do AVS, e da questão da acessibilidade, através do Certificado de Acessibilidade. A última diretoria é a Manutenção dos Sistemas de Segurança.

O SR. NABIL BONDUKI – Todo o antigo Contru está nessa coordenadoria?

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA – Praticamente toda.

Com o tempo, a gente pretende tirar o licenciamento do sistema de segurança e passar para as coordenadorias, ele já ser aprovado junto com o projeto. Hoje, você aprova um projeto e, depois, entra com um pedido específico para fazer o sistema de segurança. Mesma forma o licenciamento de elevadores. Você aprova o prédio e, depois, você pede uma licença de elevador em separado. Com o tempo, a ideia é que seja tudo um pacote só e o Seguro, então, vai cuidar da manutenção.

A Supervisão. Temos a supervisão de Info, que é uma supervisão de informação. Aí, vamos tratar das questões de informatização da Secretaria, na parte dos cadastros. Tem uma parte que é informação, que é o antigo BDT, que é o Case que informa, tanto para dentro da Prefeitura como para fora da Prefeitura, a informação desses dados e os dois cadastros, que já citei, o de arruamento e o de edificação.

Depois, tem a Supervisão Administrativa Financeira, que cuida de pessoas,

finanças, orçamento e tudo mais.

P – Esse cadastro é o antigo Case.

R – É. E também, nessa superintendência administrativa, fica o nosso protocolo, por onde passam todos os procedimentos que circulam pela Secretaria.

E a última unidade é aquele antigo Getea, que foi transformado em uma unidade específica, reestruturada de uma forma diferente do até então, para termos condições mínimas de dar conta do estoque dos processos que entraram naquelas leis específicas de regularização de 2003 e 2004, mas que, também, ainda tem alguma coisa andando das leis anteriores de anistia.

As atribuições, de uma forma geral, da Secretaria: instruir, decidir os pedidos referentes à edificação, todo tipo de pedido; diretrizes de projetos; elevadores; movimento de terra; certificado de conclusão; certificado de mudança de uso; parcelamento do solo; adaptação das edificações das normas de acessibilidade de segurança. Ainda, os pedidos referentes a heliponto, heliporto, estação de rádio-base, funcionamento de local de reunião, realização de evento temporário, a manutenção do sistema de segurança, a manutenção de equipamento. Ainda, propor a oficialização e desoficialização de logradouro público, denominação e designação de logradouro e emitir as certidões, ficha técnica e histórica.

Nossas metas. As principais, tentamos reduzir porque o trabalho que temos pela frente é robusto.

A primeira grande meta foi a própria criação da Secretaria. Estamos, agora, na fase da implementação. São 500 pessoas dentro do Edifício Martinelli, uma reorganização do *staff* para poder acomodar a nova estrutura; a informatização dos cadastros, como eu já falei; rever o processo de trabalho e tomada de decisão; aprimorar a legislação e rever o Código de Obras, que é uma atribuição da Secretaria; a capacitação e o envolvimento dos funcionários nesse projeto e a capacitação na legislação. Temos uma parte bastante nova do corpo técnico – os últimos 40 arquitetos e engenheiros chegaram este ano; no ano passado chegaram cento e

pouco do último concurso –, que precisa ser capacitado na legislação, que não é das menos complexas para entender e para aplicar. Vamos ter agora também a mudança da legislação com o Plano Diretor. Então, já estamos montando uma estrutura de capacitação permanente para conseguirmos acompanhar toda essa evolução da legislação.

Implantar um sistema de controle de produtividade, que é uma ferramenta de produção raríssima de encontrarmos na área pública, mas que já está em desenvolvimento; adequar espaços de atendimento aos profissionais e estabelecer uma base tecnológica e soluções adequadas às necessidades específicas de cada uma das nossas atribuições.

O que já conseguimos implementar este ano foi a criação de uma subcomissão dentro da Caieps para análise específica dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social e de mercado popular. Essa subcomissão envolve quatro Secretarias: além da nossa, Secretarias de Habitação, Verde e Meio Ambiente e Infraestrutura, que são as quatro Secretarias por onde necessariamente esses processos passam.

Estabelecemos um prazo de 60 dias para as diretrizes, o que hoje, como já comentei, não tem prazo e chega a demorar dois anos, dois anos e pouco, com a aprovação do empreendimento já tendo as diretrizes, protocolado todos os processos e a análise de todos os projetos em 120 dias. Esse é um processo que normalmente demoraria, tirando as diretrizes ou a aprovação, outros seis a sete meses. Contando o intervalo entre as diretrizes para que o interessado possa ir ao Estado pegar a anuência do Graprohab - um documento necessário para a aprovação do parcelamento -, esperamos fazer isso num prazo de 60 dias para diretrizes e 120 dias para aprovação. Para tanto, já foi montado um guia de aprovação do empreendimento – que já está no *site* – que dispõe de todas as regras, o que há na legislação, como se aplica cada um dos dispositivos. Foi feito um guia para as outras atividades nos outros tipos de empreendimentos e já foram capacitados os novos e os antigos servidores em relação à lei e Uso de Ocupação do Solo e lei de HIS.

Ainda sobre o HIS, fizemos dois seminários: um interno para a Sehab e Cohab,

para tratar de como aprovar um empreendimento de HIS; outro para os movimentos sociais para as assessorias dos movimento e para as empresas privadas que trabalham com HIS. No total, quase 200 pessoas participaram dos dois seminários.

Retomamos a revisão dos procedimentos do NR3, um movimento que começou ano passado, na Administração passada. O NR3 é um empreendimento grande e de impacto de vizinhança e ambiental que todo um procedimento bastante longo e complexo.

Elaboração do painel de indicadores. Realizado juntamente com a Secretaria de Finanças, de Planejamento e Subprefeituras, ligado ao Gabinete do Prefeito, para nós gestores termos condições de acompanhar a produção feita na Secretaria por cada técnico. Teremos condições de acompanhar o tempo que o processo leva para sair em cada local, se está cumprindo o prazo determinado. É eletrônico e deverá ficar pronto até o final do ano.

Aprovamos o projeto de lei do projeto simplificado, imprimindo uma agilidade bastante grande aos processos que são objeto de análise das Subprefeituras e permitimos a tramitação em papel dos processos da nossa responsabilidade. Sobre isso vou falar um pouco depois.

Essa é uma ideia do tumulto que é criar uma Secretaria nova. Ficamos parados mais ou menos 15 dias corridos em julho para a mudança, pois ela não é só física, mas a de documento, alvará da Sehab, do Aprov, da Secretaria de Licenciamento e do Comin. Apesar disso tudo, comparando-se os meses de janeiro e de agosto de 2009 a 2013, já passamos 2009 e 2010, já estamos quase alcançando a meta de 2012 e acredito que, até o final do ano, vamos estar emparelhados à produção de 2011.

A produção anual desses mesmos anos, colamos nas paredes de todos os coordenadores para não nos esquecermos das nossas metas.

Vou terminar falando das condições que achamos imprescindíveis para o nosso sucesso nessa empreitada. Sucesso no sentido de conseguirmos alcançar o que estamos nos propondo a fazer, que é a responsabilidade compartilhada. Tenho falado isso em todos os

locais. O último local antes desta Casa foi o Ministério Público, onde também estivemos a convite. É essencial que haja responsabilidade de todo mundo sobre esse processo. Não é só o servidor, não é só a Prefeitura, não é só a sociedade, não é só a Câmara, é uma responsabilidade, de fato, compartilhada.

Envolvimento e participação dos servidores. Sem eles não conseguimos avançar e construir esse projeto. Deve ser uma colaboração de todos em prol da mudança da cultura, das piores que se implantou no Município. Embora isso seja nacional, parece que herdamos essa burocracia e essa forma de trabalhar. Especificamente em São Paulo, isso foi muito marcante. Para mudarmos isso e para que consigamos avançar, vamos fazer nosso trabalho interno, mas entendemos que a sociedade como um todo tem que mudar também essa visão do serviço, da Secretaria.

Sobre a “papelização dos processos”, quando chegamos à Secretaria, o sistema SLC – Sistema de Licenciamento de Construção, não estava dando conta dos processos de competência, pois funciona da seguinte maneira: todas as competências do licenciamento estão na Secretaria hoje como estavam antes na Sehab. Parte delas é delegada para as Subprefeituras. Isso sempre foi assim. Em algumas ocasiões, essa delegação é maior; em outras, é menor, mas a lógica da delegação é que aquele empreendimento menor, que é o próprio proprietário, que é o pequeno profissional do bairro, que toma conta, que faz o projeto, que acompanha a obra, ele fica lá na subprefeitura, onde o contato é mais rápido e fácil.

Nos grandes empreendimentos, que têm uma lógica ao contrário, você tem um grande escritório de arquitetura, que faz, por exemplo, o projeto habitacional na cidade inteira. Da mesma forma, quem produz *shopping*. Empresa de dona de *shopping* tem vários *shoppings* espalhados pela cidade inteira.

Então, esses processos ficam concentrados na Secretaria.

O sistema não estava completo quando nós chegamos aqui no começo do ano. A gente não conseguia – como, aliás, ainda não conseguimos -, de uma forma eficiente, até hoje,

emitir os alvarás de execução, os alvarás de aprovação da Secretaria; além disso, o sistema também não estava adequado a esse tipo de empreendimento, principalmente o NR3, que é o tipo de empreendimento que basicamente é visto na Secretaria.

Houve a decisão de a gente não parar a Secretaria, não parar a Cidade, não parar a aprovação, aceitarmos de novo o papel enquanto estamos já num processo de revisão desse sistema para que ele atenda a demanda específica da SEL.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Secretária. Com a palavra, o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Primeiramente, agradeço a presença a Sra. Secretária e de toda sua equipe. Em abril, o que nos motivou era ainda o início do debate que se anunciava, sobre a criação da Secretaria. Por isso, naquele momento fizemos um esforço, e admito nossa incompetência de realizar esse debate antes da aprovação da lei que criou a Secretaria. Fomos incompetentes porque não conseguimos trazer a Secretária para esse diálogo; portanto, muito do que saiu na lei foi fruto de nenhum debate, e notamos isso pelas matérias sucessivas à aprovação da Secretaria. “Votação relâmpago. Câmara aprova novos cargos”. Portanto, a ninguém – nem aos parlamentares nem à sociedade – foi dada a oportunidade de saber a missão que cumpriria a Secretaria, e sim, num absoluto atropelo, aprovaram-se cargos. Agora, temos o papel de correr atrás dos cargos para fazer com que eles cumpram lógicas. É por aí que vou tentar auxiliar nesse processo, com alguns questionamentos à nossa Secretária.

A primeira preocupação que nos reúne hoje é: qual a estrutura que a Secretaria de Licenciamentos enxerga que as Subprefeituras têm que ter para atender aquilo que já está sendo repassado. Porque temos assistido, com muita frequência, a essa transferência do sistema, o que é absolutamente necessário, para as estruturas descentralizadas. Esse é o grande desejo. Recentemente, a gente teve a visita de três subprefeitos, alguns inclusive à nossa Comissão, que anunciam não a incapacidade de receber algo a mais, mas a

incapacidade de fazer aquilo que eles já realizavam antes das novas tarefas.

Então, o primeiro questionamento é: qual é a estrutura que hoje as subprefeituras têm para recepcionar exclusivamente o Decreto 54.213? Na realidade, que estrutura é aquela considerada necessária para receber a tarefa que a Secretaria já passou?

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Secretária.

A SRA. LEDA PAULANI – Como bem disse o Vereador e comentei no início, essa divisão de competências – que era da Sehab antigamente, agora é da Secretaria de Licenciamentos – não é nova, é bastante antiga. Ainda na época das administrações regionais, há muitas décadas, essa divisão era assim feita. Então, não é que esse decreto – vamos esclarecer – tenha criado alguma competência a mais para as subprefeituras. Na verdade, houve sim um acordo entre a Secretaria das Subprefeituras e nós no sentido de que os locais de reuniões voltassem todo para SEL. Eles tinham saído; os menores, há quatro ou cinco anos, tinham ido para as subprefeituras, e eles voltaram para SEL. A grande mudança que tem no decreto foi nesse sentido. Então, não tem nenhuma competência em relação ao que a subprefeitura fazia.

A aposta nos processos da subprefeitura, creio eu – vou falar sobre uma área que não está diretamente ligada a mim, não está subordinada à nossa Secretaria -, a lógica que está sendo pensada é a informatização, como eu disse no começo. O sistema de licenciamento de construção está ativo, está nas subprefeituras junto, acoplado com o projeto simplificado que foi aprovado nesta Casa.

Ele traz o que de novidade? Na verdade, ele é uma figura que já existe no Código de Obras desde 1992. Naquela época, ele era uma opção do interessado, não era uma obrigação, e se restringia à unidade unifamiliar, ou seja, uma residência. Então, se eu ia fazer uma residência, eu podia só apresentar a implantação, recuos, área construída, taxa, e não precisaria entrar no detalhe do projeto. Isso, de fato, nunca vingou na prática, vamos dizer assim. Agora, foi retomada a ideia do projeto simplificado, que significa o Poder Público

analisar as questões de interesse da Cidade, e não aquelas condições de interesse específico do projeto.

Em cada projeto desses que é analisado tem um profissional qualificado, arquiteto ou engenheiro, com CREA ou com CAU, para assumir as responsabilidades do projeto e assumir as responsabilidades da obra. Essa função está dividida também há bastante tempo, pode ser a mesma pessoa.

Então, aquilo em que se está apostando na subprefeitura, Vereador, é a combinação desses dois fatores: o sistema eletrônico, que já vem funcionando, creio eu, bastante bem na questão do licenciamento das atividades. Trata-se de um sistema declaratório, em que o sistema checa questões internas sobre a edificação, sobre o zoneamento, mas tudo feito pela internet. Além disso, o tempo do licenciamento e das atividades foi reduzido drasticamente. Eu não estava na Prefeitura quando isso aconteceu, mas é um fato.

Então, com o projeto simplificado e com o desenvolvimento e aprimoramento do sistema eletrônico, o que se pretende é não se precisar mais de um universo muito grande de técnicos. Porque se a gente pensar no tamanho de São Paulo, com a quantidade de construções, de obras, nunca teremos um número suficiente de corpo técnico para dar conta, da forma como trabalhamos hoje, aquela forma calcada em papel, exigindo detalhes, principalmente nas subprefeituras, pois na Sehab isso já havia sido superado. Refiro-me a detalhes de altura de degrau, algo que nós arquitetos e engenheiros aprendemos no primeiro ano da faculdade: qual é a proporção que se deve manter na altura e na profundidade do degrau para ser uma escada confortável. Então não há por que o poder público fazer uma análise rigorosa sobre isso se tem um profissional que, caso não cumpra a sua função devidamente, deve ser punido pelos órgãos de controle da profissão.

Por outro lado, o poder público deve olhar as questões urbanas, os índices, taxas de ocupação, coeficientes, recuos, insolação, iluminação, o uso, se é permitido, se não é, se a

rua tem largura, se está classificada; uma análise mais ampla do que o projeto em si do código.

Sobre o debate do projeto de lei, o que eu posso falar para o Vereador é que o nosso projeto estava pronto no final de fevereiro. A nossa necessidade de estruturação era muito grande, porque a gente não conseguia trabalhar da forma como estava estruturada. A gente tinha um departamento, que era o Aprove, que tinha mais ou menos sete mil processos naquela ocasião, e o Parsolo tinha 400. A gente tinha um descompasso muito grande tanto de número de servidores como de número de processos, responsabilidades, demandas externas de controle. Era uma situação insustentável, então o nosso projeto estava pronto, mas aí era um projeto maior da Prefeitura, 11 secretarias foram reestruturadas e aí foi aprovado aqui na Casa, talvez não como os senhores gostariam, mas da forma como deu.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo – Obrigado, Secretária.

Vereador.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe-me avançar, Presidente, mas acho que tem um debate importante, conseqüente desse da estruturação, que são as legislações posteriores à aprovação da Secretaria. Também a Casa aprovou, num debate mais intenso, o projeto de simplificação das plantas de massa, e acabou tendo um veto por parte do Executivo, que inclusive no debate foi bastante alertado; mas o debate não conseguiu convencer os parlamentares dos hipotéticos erros que poderíamos estar cometendo naquele momento. Associado a isso houve recentemente a sanção do Prefeito de uma legislação que trata da desvinculação do Habite-se da atividade econômica ou social que se instala dentro desse espaço.

Pergunto isso para fazer lógica com todo esse processo que a Secretária aqui anuncia, cautelas e preocupações com a questão mais urbanística; olhar menos as plantas do lote e olhar mais os projetos para a Cidade. A maior preocupação é que, quando se combina a planta de massa à desvinculação, pode-se produzir um abalo não pequeno do ponto de vista urbanístico. E eu não consegui enxergar nem na estrutura da Secretaria nova, nem na

estrutura das subprefeituras, nem na capacidade que o CAU ou o CREA têm de acompanhar o desenvolvimento da Cidade alguma condição de episódios como aconteceram em São Mateus aconteçam novamente. É uma preocupação muito objetiva.

Se a gente combinar as plantas de massa à desvinculação, a gente tem um universo de empreendimentos de até 1.500m² que podem estar acontecendo neste momento na Cidade sem nenhuma capacidade de controle e acompanhamento porque, se não precisa de Habite-se e daqui a três semanas estiverem concluídos, vai ter atividades lá dentro.

Isso é um pouco para a gente tentar compreender a missão, qual é a missão que a Secretaria de Licenciamentos na relação com as subprefeituras. Ela é a detentora da responsabilidade, ela compartilhará de maneira efetiva, isso com um processo de descentralização, pelo tamanho da Cidade. Segundo, pela capacidade que a gente tem de reconhecer que CREA e CAU de fato assumirão o papel protagonista de acompanhamento dos seus profissionais. Na realidade, alguém entrega um certificado para um arquiteto ou engenheiro, é de fato para ser um certificado e ter o acompanhamento do seu conselho.

Como a gente ainda não conseguiu enxergar aqui na Casa esses debates, eu tomo a liberdade de pedir para a senhora nos trazer esses movimentos que vêm sendo realizados, porque eles vão acabar por deflagrar um novo ambiente na Cidade, seja na aprovação, seja no licenciamento das atividades. Então, para voltar àquilo que a senhora apresentou para a gente como uma das primeiras missões, nós temos que criar uma nova cultura.

Finalizo esta abordagem perguntando qual plataforma de dados abertos a Secretaria pretende oferecer à sociedade. Na oportunidade da nossa passagem na presidência conseguimos abrir os dados da Câmara. Realizamos neste plenário a primeira Hackaton. Hoje o Congresso Nacional copia e isso nos deu oportunidade de ser chamados para eventos internacionais que atuam com essa questão de dados abertos. Dois setores atuam muito com dados abertos no mundo: o setor de licenciamento, de construção, e o setor de mobilidade. São setores em que se verifica quase uma incapacidade de criar sistemas com dados abertos.

Tive oportunidade de acompanhar nos últimos dois anos todos os sistemas que estão sendo produzidos e nenhum deles traz dados abertos, nem aquele que era feito pela gestão anterior nem o que está sendo feito nesta. Isto nos preocupa porque, se estamos querendo uma nova cultura, é porque nós vamos alargar a base daqueles que têm acesso às informações. E não é acesso à planilha, é acesso à fonte original do dado.

Quero inclusive me colocar à disposição para auxiliar nesta nova cultura. Parece-me que a gente continua perseguindo os mesmos caminhos para não errar. Se a gente perseguir outros caminhos, talvez a gente tenha certeza do acerto.

A SRA. SECRETÁRIA - Concordo plenamente com a sua posição sobre plataforma de dados abertos. A Prefeitura de São Paulo como um todo, não falando especificamente do licenciamento, é de um atraso em relação a isso que é inacreditável. A gente comenta isso em outros locais do País. Por exemplo, a gente não ter uma base geo em que a gente possa lançar todas essas informações, tudo que estamos aprovando, tudo que está sendo licenciado. Isso é um projeto muito grande, é um projeto do governo, está ligado à Secretaria de Planejamento, que ficou encarregada desse projeto e nós, enquanto Secretaria, em algum momento vamos entrar com as nossas informações.

Sobre o projeto de lei da desvinculação do Alvará de Funcionamento do Habite-se ou do Certificado de Conclusão da Edificação, o que acontece hoje na Cidade é que, além de a edificação ser irregular... Tem muita coisa irregular em São Paulo, podemos fazer um longo debate sobre os motivos pelos quais isso acabou gerando; há um universo na zona Oeste razoavelmente legal, e o resto da Cidade inteira em absoluta irregularidade em todos os sentidos, tanto da edificação quanto da atividade.

A ideia de desvincular uma coisa da outra é assim: vamos pegar uma casa noturna, que foi um amplo debate que teve no começo do ano. Tem o proprietário do imóvel e o tem dono da atividade que quer desenvolver naquele imóvel. Nem sempre o proprietário está disposto a promover a regularidade do edifício, que muitas vezes não é uma irregularidade

total, de ser um imóvel absolutamente clandestino que nunca teve uma aprovação, nunca teve um profissional por trás. A grande maioria dos casos que chegam à Secretaria – porque tem outra grande maioria que não chega, porque não solicitam a licença – é de obras feitas num prédio, numa casa.

Vamos pegar a região da Augusta de baixo, que tem muita casa noturna; aquelas edificações foram todas aprovadas um dia, não tem nada ali clandestino no sentido de que alguém fez e ninguém sabe como fez. Só que aí alguém fez uma reforma, e o nosso sistema, o sistema da Prefeitura, também já bastante antigo, joga todo o imóvel como irregular. Se, num prédio de apartamentos, alguém faz um puxadinho na cobertura, o prédio inteiro fica irregular. Se a loja que tem embaixo de um prédio comercial faz uma obra irregular, o sistema lança o prédio inteiro como irregular. Então a ausência de um documento de regularidade, que está no Código de Obras, não quer dizer necessariamente que aquela edificação tenha risco de uso, risco estrutural; não é sinônimo disso. Pode ser que tenha, não estou dizendo que não tenha, mas não é sinônimo imediato de uma coisa com a outra. E pode ser que outra que tenha tudo isso de fato não tenha mais tido manutenção e não tenha condição.

Então a ideia da desvinculação, que já tem em vários locais do País, é separar; o que, do meu ponto de vista, embora essa parte de licença de funcionamento das atividades não seja atribuição da Secretaria – só dos locais de reunião -, é que, a partir do momento em que o dono da atividade solicitar a licença, ele vai contar para o poder público que tem um prédio ali e o poder público vai ir atrás de saber se está regular, se não está regular, fazer ações necessárias.

Na questão da segurança de uso, não segurança estrutural, não é o poder público que assegura a estrutura de um prédio, para isso tem os profissionais habilitados que devem acompanhar a obra. Quem é arquiteto ou engenheiro sabe que, para dizer que um concreto é seguro, tem que fazer ensaios, tem que ir à obra, tem que conferir ferragem, tem que ter alguém responsável por isso. Seria impossível o poder público fazer.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Concluiu, Vereador?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Tenho só mais um questionamento. A Secretaria incorporou profissionais de um concurso de engenheiros e arquitetos que vence neste ano, é isso? Pretende-se ainda buscar novos profissionais, ou a Secretaria esgota, com a recepção desses profissionais, o tamanho que ela julga necessário para essa primeira fase?

A SRA. SECRETÁRIA – Para essa primeira fase nós não estamos buscando. Tem um problema no corpo técnico, nas próprias subprefeituras – são 32 –, não só na parte de licenciamento como em outras atividades que requerem a presença de arquiteto e de engenheiro. Tem-se a pretensão de fazer um concurso, mas não de imediato. Isso está em estudo na Prefeitura como um todo, não especificamente no Licenciamento. Com esse tamanho dá para a gente começar a trabalhar de uma forma bem positiva.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Obrigado, Secretária.

Pela ordem, Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Em primeiro lugar quero agradecer a presença da Secretária, do Secretário Adjunto, dos vários coordenadores, Arlete, Rosane, Zé Luís. Acho um privilégio para a Cidade contar com a Paula Mota como Secretária, pela sua experiência técnica na antiga Secretaria da Habitação – desde quando, Paula?

A SRA. SECRETÁRIA – Eu só digo que já estou aposentada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Essas coisas a gente não pergunta para uma senhora, Nabil. Tenha dó.

O SR. NABIL BONDUKI – Nós fomos colegas de faculdade. Mas você era mais velha.

A SRA. SECRETÁRIA – Eu sou mais velha.

- Falas fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Piorou. Eu acho importante, Vereador Andrea, Vereador Police, pelo seguinte: existe um mantra que passa pelo discurso político de que foram criados cargos para incorporar pessoas de filiação partidária. É uma discussão que a gente ouve frequentemente na Casa. Ontem mesmo o Vereador Floriano se referiu à criação dos cargos, que o custo da Prefeitura havia se elevado muito em função disso, que isso era para abrigar filiado do PT etc.

Mas é importante dizer que a Secretaria de Licenciamento está reunindo no seu corpo dirigente e no seu quadro técnico pessoas que têm experiência muito grande nesse assunto, o que é absolutamente fundamental, porque esse setor passou por uma crise no período anterior que todos sabem. A crise por que passou o setor de licenciamento, que acabou gerando o chamado escândalo Aref, dificultou ainda mais o processo de aprovação, por causa até do receio dos profissionais. A reestruturação que foi feita é absolutamente importante, fundamental. Se há uma das secretarias que foram criadas sobre a qual não poderia haver nenhum questionamento, é exatamente essa.

Inclusive a separação do setor normativo da Sehab do setor de produção da habitação é uma questão que se discutira há muito tempo. Fui Superintendente de Habitação e naquela época já tinha dois setores dentro da Secretaria, um setor mais normativo e um setor de produção de habitação e de regularização de loteamentos; então acho que foi um avanço importante.

Agora, acredito que não vamos resolver os problemas de irregularidade da Cidade, principalmente os problemas da má qualidade das obras, simplesmente a partir do governo, a partir do Estado. Isso envolve uma mudança de cultura que tem de passar inclusive pelos profissionais. Quando aprovamos aqui a questão do projeto simplificado, que é uma reivindicação antiga dos arquitetos - inclusive estava na base da reformulação do Código de Obras de 1992, que em grande parte não foi aplicada por causa de os próprios técnicos não terem incorporado e terem mantido um conjunto de práticas -, eu acho que isso reforça a

responsabilidade dos profissionais.

Eu acredito que, neste momento, os problemas que foram discutidos sobre a obra de São Mateus, que caiu. Na Liberdade, tivemos problema parecido. Poderemos ter outros. Podemos ter uma obra regular, mas que tenha problemas de engenharia e não cabe à Prefeitura fiscalizar.

Se a Prefeitura fosse fiscalizar todos os processos de estrutura, não haveria profissionais e não teria sentido. Então, temos uma questão importante na Cidade que é, claro, fiscalizar para que todas as obras tenham um responsável técnico. Essa é uma questão fundamental. Não podemos ter obra na Cidade que não tenha um responsável técnico.

Não sei como, talvez dependa de uma legislação federal, mas como podemos fazer com que os órgãos, os conselhos profissionais, o CREA e o CAU, de fato abandonem uma postura corporativa e, de fato, sejam mais rigorosos no controle da atividade profissional. Hoje, sabemos que há muito corporativismo não só na área de arquitetura e urbanismo, como em outras áreas de modo que o órgão em vez de proteger a sociedade dos maus profissionais, acaba protegendo os profissionais em uma posição corporativa. Essa também é uma questão fundamental.

Temos de ter uma legislação mais adequada – e isso cabe a nós, Vereadores – e uma capacidade de resposta dos órgãos de licenciamento seja a Subprefeitura ou a Secretaria de Licenciamento, Sel.

Quero fazer uma pergunta em relação ao licenciamento eletrônico. A Secretaria deixou-o de lado neste primeiro momento, mas existe um horizonte para que seja reincorporado? Como está esse processo?

Durante a gestão da Marta foi criado o *Plantas On-Line*, que tinha uma sequência. Esse processo foi interrompido e depois foi reintroduzido em 2012. Qual é cronograma que se tem para isso? A senhora acredita que poderá ser integralmente substituída a tramitação em papel por essa tramitação virtual? Ou se não, pela complexidade do tipo de projeto que passa

pela Secretaria?

O antigo Contru, em que medida essa atividade também pode vir a ser descentralizada, principalmente no que diz respeito à manutenção de equipamentos de segurança, já que o licenciamento deverá ser incorporado com as outras secretarias? Parece-me que essa atividade de segurança teria sentido estar mais próxima da ponta do que na Secretaria.

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA - Primeiramente, falarei um pouco a respeito da Secretaria. Realmente, o projeto de lei que elaboramos – se fizermos uma comparação com a estrutura que já existia na Secretaria e que passaria a ser da nova Secretaria, com o que tem hoje, veremos que muito poucos cargos foram criados. Na verdade, havia quatro departamentos com vários diretores de divisão e de chefia. O que de fato foi criado foi a estrutura do gabinete porque não existia, o gabinete era da Sehab. Tudo ficou na Sehab.

Portanto, tivemos de criar toda a estrutura de gabinete, supervisão administrativa, financeira, gabinete, as comissões. Com um olhar aprofundado, veremos que a maioria dos cargos é de provimento por servidores de carreira.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Todos?

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA - Todos não, a grande maioria.

Estão presentes cinco coordenadores. Tem a Arlete, do Resid; a Marlene, do Parhis; o Paulo, do Comin; o José Luiz, do Segur; e a Rosane, do Servin. Está presente também a Irene, do Gtec e dois supervisores, o Audenir, do Info, e o Paulo José, da parte administrativa.

Todos os coordenadores, o Info, toda a parte técnica é de servidor de carreira, todos. Poderiam não ser porque o cargo é aberto, de livre provimento entre cargos de nível superior, mas a minha opção foi por cargos de carreira justamente pelo que V.Exa. já falou, é uma secretaria muito técnica e a pessoa tem de ter o domínio das questões técnicas, embora o

técnico não quer dizer que não seja político. Não vamos falar que técnico é técnico e político é político porque não é verdade.

No dia a dia das coordenadorias não teria como tocar se não fosse alguém que conhece a máquina. Quanto mais nesse sufoco que pegamos. Não tivemos tempo nem de se apropriar direito da secretaria que já existia. Tivemos de criar outra e deixar funcionando e tudo vai indo.

Sobre o sistema informatizado, acredito que um dia chegaremos com ele totalmente informatizado. Não sei como, mas eu acho que é possível. Estamos conhecendo algumas experiências internacionais, mas precisamos mudar algumas coisas.

Precisamos mudar o que é analisado. Não dá para o técnico ficar contando o número de vagas em uma tela de computador. Em um estacionamento tem mil vagas, você fica clicando as vaguinhas porque quando você corre com a tela, você perde a conta, não sabe mais onde está, então, a revisão do processo de trabalho terá de vir junto.

A grande falha do sistema implantado foi nesse sentido. Tomou-se o sistema como era feito em papel e informatizou isso. Então, todos os vícios que havia no sistema de trabalho vieram para dentro do micro. A grande diferença foi essa. Puseram duas telas e pouco se avançou, além de criar vários problemas como o próprio sistema de protocolo. Tudo isso tem de conversar com o que existe porque o que existe, o Simproc da vida, o Sisacoe estão aí há muitos anos e isso não foi devidamente equacionado.

Porém, acredito que vamos fazer uma informatização total dando prosseguimento ao projeto do *Plantas On-Line*, que tinha essa ideia.

No começo da minha fala acho que mencionei esse trabalho, mas todos os sistemas de informatização da Prefeitura estão sob a coordenação da Sempro. Então, estamos discutindo com a Secretaria de Planejamento, na figura do Paulo Fernandes, para informatizarmos os dados técnicos. É uma piada falar que o licenciamento será informatizado quando as plantas dos melhoramentos públicos estão no papel. Uma velha e boa hipoteca que

você vai e puxa, levanta a planta e vê onde passa, anota. Isso tem de ser um conjunto mais amplo.

Sobre a questão do seguro, não estamos com a intenção, por enquanto, de descentralizar. O seguro, que vem em grande parte do Contru, agora ganha o licenciamento daquelas atividades especiais, como antena, heliponto e várias outras que estão listadas, mas todas ligadas a essa questão de segurança. O corpo técnico tem experiência nessa questão de segurança que ainda não foi disseminada. Então, a gente só poderia pensar em explodir isso para as Subprefeituras um dia se isso viesse acompanhado de uma capacitação muito grande.

Sobre os servidores, na Prefeitura, as pessoas entram em levas, não é? Então, quando um começa a se aposentar, tem uma sequência que se aposenta junto, porque é o concurso. Então, o corpo do seguro é em grande parte original do Contru. Não teríamos como pensar na descentralização da manutenção em curto prazo.

O SR. NABIL BONDUKI – Os processos passam por várias secretarias. O Prefeito ressaltou na campanha a necessidade de haver uma aprovação que pudesse ser em conjunto. Isso está andando com a Secretaria do Verde, a Secretaria de Transporte, Secretaria de Infraestrutura?

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA – Uma parte sim. A comissão, CAIEPS, foi criada por nós no escopo do *Plantas On-Line*, em 2003, e a ideia era ter uma comissão de análise integrada de edificação e parcelamento de solo. As secretarias fariam uma análise na mesa, todos juntos, para dar um único parecer sobre determinado projeto e, inclusive, evitar alguns conflitos de interesse.

Às vezes, o processo vem com uma análise da Secretaria de Transportes exigindo que o acesso seja feito por aqui e volta da Secretaria do Verde dizendo que aqui tem de ter um bosque, que vai ser preservado. Isso chegava à Sehab que decidia se deixaria o acesso da Secretaria de Transporte ou o bosque. Daí voltava para trás. Então, a ideia de ter um fórum coletivo de análise era inclusive para evitar esse tipo de coisa.

Iniciamos com o HIS. Então, os processos de HIS, plano integrado de habitação de interesse social, aquela análise será feita em conjunto. O processo vai entrar na Secretaria das Comissões, que é o único que não está aqui porque está de férias, é o Pedro Fonseca. Ele fará uma primeira triagem para ver se a documentação está correta, se todos os elementos necessários ao projeto estão devidamente protocolados. Ele vai distribuir normalmente para essas três. Se alguma não estiver envolvida, não vai, e com uma data da reunião quando deverá acontecer o retorno da análise – ou deferindo, indeferindo ou um comunicado que será o único das quatro secretarias envolvidas.

Esse é um piloto porque a gente não gosta de fazer grandes mudanças ao mesmo tempo porque não dá certo. Vamos iniciar com HIS nos prazos estabelecidos. Então, no período de 20 dias entre o protocolo e a decisão vai às secretarias, marca com uma data de retorno, volta, faz a análise coletiva. Só será mais do que 60 se houver um comunicado, se o empreendedor ou o movimento ou quem quer que seja não atender a tempo e pode ser que fique para uma segunda reunião e estoure o 60, mas se o projeto entrar redondo, 60 dias é o prazo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Police.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu evitei tratar da questão de HIS e HMP porque não estava no bojo da convocação, por isso que não abordei, mas não vou perder a oportunidade. No debate nesta Casa sobre a criação das secretarias, eu apresentei emenda tentando dialogar com o Governo para compreender por que habitação de interesse social não comportava dentro da Secretaria de Habitação. Fiz um longo debate no plenário e me esforcei para entender porque a gente tem uma Secretaria de Habitação vocacionada para as intervenções de interesse social e a Coordenadoria de Habitação de Interesse Social não ficava na secretaria.

Tivemos emenda aprovada - e vou dizer da maior tristeza dos nove anos que sou

Vereador que vi uma emenda aprovada não ser transformada em lei - tenho dúvidas inclusive se a gente acertou. Digo a gente porque como estive envolvido na votação, alterar a votação com uma emenda da redação que não pode alterar a vontade do legislador, então, acho que cometemos uma grande barbearagem porque a estrutura hoje que dá suporte às secretarias nasce de um processo absolutamente deturpado.

Existe, no plenário, um recurso contra o que foi feito em forma de emenda de redação e, portanto, isso ainda terá consequências, que são perigosas.

Eu ainda não consegui entender de fato porque habitação não deve fazer habitação. Por que a Coordenadoria de Habitação de Interesse Social não está na Secretaria de Habitação?

Como sou filho de servidores públicos que podem ter ou não a sua atividade partidária ou política, mas sempre na Administração a lógica vem antes da decisão política. Eu não consegui entender a lógica, portanto, eu não consegui entender a adesão política. Eu me esforcei no diálogo com os diversos secretários que aqui estiveram e, por isso anunciei na abordagem inicial que vi muita dificuldade em compreender como a Secretaria de Habitação não iria fazer habitação. A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social não estaria ali.

Queria que V.Exa. fizesse uma pequena reflexão. É temporal isso, a habitação volta para a habitação, é uma questão de passagem? Só para entendermos como que vai ser esse processo.

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA - Vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Por favor, Secretária.

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA – Na verdade, Vereador, assim, são duas Secretarias - hoje, muito distintas. Uma trata de licenciamento, só. Assim como licenciamos um prédio de apartamentos de mercado, licenciamos o Minha Casa, Minha Vida: analisamos os projetos, sob o ponto de vista da legislação urbanística, sob o ponto de vista do Código de Obras, sob o ponto de vista do Plano Diretor e tal. Esse é um papel da Coordenadoria de

Parcelamento do Solo e Habitação de Interesse Social, assim como é um papel da Coordenadoria Servin - Coordenadoria de Edificação, Serviços e Uso Institucional, que analisa os prédios de escritórios - não faz política habitacional, não faz produção de habitação. Essa parte da questão habitacional está na Secretária da Habitação, que tem... Não vou lembrar agora o novo nome do departamento, mas tem uma área específica que trata...

- Manifestação fora do microfone

A SRA. PAULA MARIA MOTTA LARA – Isso, isso. Que é lá que está a discussão da política habitacional do Município.

A nossa Secretaria, como nome direto, sem tucanagem, como disse o Presidente - é de licenciamento.

O que fazemos é analisar sob o ponto de vista da Legislação Urbanística.

Na Secretaria de Habitação, não há corpo técnico de arquitetos e engenheiros com capacitação para análise de projeto. O que eles fazem lá é a análise que a fazemos na Secretaria de Licenciamento. Não tem nenhum. A Secretaria de Habitação tem todo um corpo técnico no Ressolo - que, agora, mudou de nome e vou me referir aos nomes antigos, porque, sinceramente, não os tenho aqui -, que analisa o parcelamento do solo irregular, parcelamentos de interesse social, irregular, com todas aquelas regras.

Há o pessoal de Hab, que cuida tanto da parte social da questão habitacional quanto da parte da produção habitacional. Mas não há um corpo técnico, porque esse corpo técnico estava no Aprov, sempre esteve no Aprov. Quem sempre licenciou os conjuntos habitacionais - de Cohab, de Sehab, de CDHU e, agora, o Minha Casa, Minha Vida; na época, o PAR - sempre foi o Aprov. Nunca esteve ligado a Hab. Hab é a Superintendência de Habitação.

Então, essa decisão de manter o licenciamento, com essa especialização que tem na aplicação da legislação, na Secretaria de Licenciamento, essa foi a decisão. E aí veio tudo para o Licenciamento, inclusive o licenciamento das questões de interesse social, HMP - o hoje

HMP -, pode ser que o Minha Casa, Minha Vida. Isso vai...

Então, essa que foi a divisão. Não há nenhuma interferência. Não pretendemos nunca entrar na questão de produção habitacional, não é esse o escopo da Secretaria, não está nas nossas competências - assim como não estava nas competências da Sehab a análise e licenciamento de Habitação de Interesse Social, que não é só pública, há todos os privados: há o HMP, que é essencialmente privado.

Então, a todo esse universo, criamos uma Coordenadoria para tratar só deles. Antes não existia nenhum setor específico. Ele era dentro do Gabinete do Diretor de Aprov, um corpo técnico que havia ali - na verdade, eram duas pessoas; depois, passaram para quatro; e hoje são 20 e poucas pessoas.

Então, esse foi o motivo. Não sei se eu ajudei para entender.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Perfeito. É que tanto em SEO (?) como em Sehab, como é um grupo que atua exclusivamente com isso, ela comportaria tanto fazendo parte da decisão política, da política habitacional - porque o Minha Casa, Minha Vida, hoje, faz parte da política habitacional do Município, sim. Portanto, ela comportaria, tanto na Secretaria de Habitação, com foco exclusivo para Habitação, como na Secretaria de Licenciamento, que tem, além desse foco, diversos outros focos.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Devido ao adiantado da hora, queria agradecer muito a presença da Sra. Secretária e dizer o seguinte: já no final do Governo Kassab, quando houve o problema na Sehab, na questão dos licenciamentos, o Prefeito Kassab deu início a essa mudança de conceito de Secretaria, consolidada agora na nova Prefeitura, com a criação da Secretaria de Licenciamento, e acho justamente que foi muito acertado: dar o foco específico de licenciamento, já que é um dos assuntos mais importantes do Município e de uma cidade da dimensão de São Paulo.

Pessoalmente, acho muito pequeno ficamos discutindo cargos, se são 50, se são 10, se são 20, numa área que tem a importância que tem e todos nós sabemos que a

Prefeitura padece de falta de procedimentos e de sistemas muito antigos. Eu diria que ela parou quase na década de 50 e uma das coisas que a Sra. Secretária disse, me lembro bem, é isso: transferiu-se para o computador o que era feito no papel. Não se racionalizou, não se modificou, não se acompanhou a mudança de tempos, de velocidade.

Uma das coisas tão importantes, o Vereador Nabil comentou, estava falando de nomeações de pessoas, de "A" ou de "B". Gostei de uma coisa que a Sra. Secretária falou, que não existe só cargo técnico. Acho que quem está em Governo tem de ter em mente, permanentemente, que são cargos políticos, no sentido da boa política e do bom entendimento do relacionamento com a sociedade, com diversas áreas.

Na Prefeitura de São Paulo, Vereador Nabil, acho que uma das coisas que aprendi lá: existe o mantra também que permeia a sociedade, de que sempre o funcionário público é ruim. Não é verdade. Não obstante a falta de instrumentos, a falta de motivação, a falta de capacitação e de treinamento - a Prefeitura não oferece nada disso -, há quadros qualificados e que carregam o piano, com um monte de outros que não se não nem ao trabalho de ouvir a música, eu diria. Mas há gente muito boa que faz essa máquina andar, com poucas condições. E a Sra. Secretária é um exemplo disso: uma funcionária de carreira, conhece o assunto como poucas pessoas, é a pessoa certa para estruturar uma Secretaria como essa.

Disse outra coisa a Sra. Secretária que acho fundamental: ou muda-se a cultura ou a Secretaria ou a Prefeitura não terão o número de funcionários suficientes para fiscalizar uma cidade como São Paulo. A responsabilização daqueles que entram com projetos, para mim, é vital. E a Prefeitura pode fazer, nesse sentido, como faz com empresas, quando as inabilita para o serviço público, quando elas fazem o que não devem fazer.

É a mesma coisa, hoje. Acho que tem de haver consciência do empreendedor; tem de haver consciência do construtor; do proprietário do imóvel; e do dono da obra, de que é preciso ter responsabilidade, que as leis estão aí para ser seguidas, elas não são decorativas.

Então, acho que esse é o aspecto fundamental em São Paulo. Se não houver essa

mudança de cultura, é muito difícil se resolver esse problema. Para mim, é problema de legalização, a começar pela legalização fundiária da Cidade, um dos principais pontos, inclusive, que interferem na mobilidade da Cidade de forma dramática.

Enfim, agradeço muito, Sra. Secretária, pelos esclarecimentos. Parabenizo V.Exa. pela garra com que está montando essa Secretaria, que não é uma coisa fácil. Sabemos que haverá muitos tropeços, é muito difícil descentralizar essa atividade por Subprefeituras, porque elas não têm estruturas adequadas e capacitadas para fazer. E fundamental é, agora, na aprovação do Orçamento, a Secretaria ter recursos para a implantação de sistemas e procedimentos que viabilizem o melhor acompanhamento de tudo que acontece na Cidade.

Muito obrigado por sua presença e pela presença de sua equipe.

Não havendo mais nada para ser tratado, está encerrada a 24ª audiência pública da Comissão de Política Urbana.

_____ Tenham todos um bom dia. Muito obrigado pela presença.